

Ler e (aprender a) escrever no claustro: o caso do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde (séculos XVI-XVII)

Reading and (learning to) write in the cloister: the case of the monastery of Santa Clara de Vila do Conde (16th-17th centuries)

MARIA JOÃO OLIVEIRA E SILVA

Universidade do Porto, CITCEM, Faculdade de Letras
mjpinho@letras.up.pt
<https://orcid.org/0000-0002-9104-5241>

PAULA ALMEIDA MENDES

Universidade do Porto, CITCEM, Faculdade de Letras
paula_almeida@sapo.pt
<https://orcid.org/0000-0002-5748-6350>

Texto recebido em / Text submitted on: 17/02/2022

Texto aprovado em / Text approved on: 30/09/2022



Resumo. O objetivo deste estudo é o de analisar práticas de leitura e de escrita no seio da comunidade de Santa Clara de Vila do Conde, entre os finais do século XVI e os inícios da centúria seguinte, através de uma abordagem que cruza os universos da literatura de espiritualidade, da história monástica e da cultura gráfica. O cruzamento destes diferentes vértices permitirá obter uma visão mais clara sobre este convento de enclausuradas, nomeadamente no que respeita aos textos que produziram, aos livros que leram, às obras que conservavam na sua livraria, bem como aos documentos que subscreveram através das suas subscrições autógrafas. Em todos estes momentos, e de formas muito variadas, revelaram a importância que o “conhecimento das letras” tinha tanto dentro como fora do claustro.

Palavras-chave. Clarissas, Leitura, Escrita, Subscrições Autógrafas.

Abstract. The aim of this study is to analyze reading and writing practices within the community of Santa Clara de Vila do Conde, between the end of the 16th century and the beginning of the following century, through an approach that crosses the universes of the literature of spirituality, monastic history and graphic culture. The intersection of these different vertices will allow a clearer view of this convent of cloistered women, namely with regard to the texts they produced, the books they read, the works they kept in their library, as well as the documents they subscribed through their autograph signatures. In all these moments, and in very different ways, they revealed the importance that “knowledge of letters” had both inside and outside the cloister.

Keywords. Poor Clares, Reading, Writing, Signatures.

1. O mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde

O mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde foi fundado por D. Afonso Sanches, filho ilegítimo – primogénito – do rei D. Dinis (1279-1325), e sua mulher D. Teresa Martins, filha do 1.º Conde de Barcelos e descendente de D. Maria Pais (primeira titular do senhorio particular de Vila do Conde), na segunda década do século XIV. O edifício primitivo terá sido construído entre 1314 e 1318, no lugar onde se encontrava o castelo residencial dos fundadores, sobranceiro ao rio Ave¹. Recebeu bula do papa João XXII (1316-1334), a 15 de março de 1318, na qual se estabeleceu a regra urbanista (implementada pelo papa Urbano IV) como a norma a professar no mosteiro². A 7 de maio desse mesmo ano, os fundadores outorgaram uma extensa carta de dotação, que, entre outros assuntos, regulamentava a vida espiritual e material da nova comunidade, nomeadamente no que respeitava à sua natureza religiosa e comportamento a observar, à gestão do património, às regras do regime alimentar e ao vestuário, e ao perfil socioeconómico das futuras clarissas³. Relativamente a este último ponto, será de salientar que o desejo dos doadores era o de albergar neste convento as filhas de nobres “decaídos de bens de fortuna” em primeiro lugar, as fidalgas ricas em segundo, e só na falta destas se poderiam admitir outras candidatas (MARQUES 1988: 836-837; FERREIRA 1925: 17). Deste articulado se conclui que “este mosteiro se destinava, antes de mais, a senhoras dos estamentos mais elevados da sociedade portuguesa, em particular fidalgas e nobres” (MARQUES 1988: 837), maioritariamente provenientes de famílias do Entre-Douro-e-Minho, mas também fidalgas pobres, e, neste caso, com o propósito de as “preservar da degradação moral a que a situação de pobreza ou mesmo de miséria as poderia conduzir” (MARQUES 1988: 837). Os fundadores pretendiam, igualmente, que estas filhas de algo pudessem viver recoletas sem dependerem de préstimos ou de esmolas externas, razão pela qual dotaram o mosteiro com um elevado número de *villas* e herdades, espalhadas por várias freguesias e lugares, com todos os seus direitos (incluindo de padroado) e rendas (MARQUES 1988: 837). Pretendiam os outorgantes evitar “os riscos de eminente perigo moral, provocado por carências materiais” (ANDRADE 2011: 103).

¹ Como refere Saul Gomes, esta localização “fornece-nos a alegoria bem apropriada à literatura monástica de um mosteiro metamorfoseado num quase castro, cerca, num alto...” (GOMES 2004: 131).

² A Regra Urbanista inserida na bula *Beata Clara* de 1263, “ordena a todas as religiosas de inspiração damianita, chamadas então: *Sorores* ou Irmãs, *Dominæ* ou Donas, *Moniales* ou Monjas e ainda *Pauperes Inclusæ Ordinis Sancti Damiani*, que se agrupem sob a designação comum de «Ordem de Santa Clara». Esta normativa constitui a etapa final de um desenvolvimento que se inicia com as constituições Hugolinianas e recolhe elementos de todas as regras precedentes, tendo, por isso, um importante papel unificador” (ANDRADE 2015: 36). Sobre esta questão veja-se também ANDRADE 2018: 82-85.

³ Sobre a carta de dotação e a importância da família patronal veja-se COSTA 2004: 23-37.

Dos vários estudos relativos a este convento aquele que mais pormenorizadamente fala sobre este cenóbio foi escrito por frei Manuel da Esperança, no Livro Oitavo da *Segunda Parte* da sua *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*, escrita em 1666, nas páginas dedicadas aos *Mysteriosos princípios & admiráveis sucessos do Real mosteiro de S. Clara de Vila do Conde*. Esta obra, que se enquadra perfeitamente nos modelos cronísticos do século XVII, com todas as imprecisões e alguns exageros que se lhe possam encontrar, apresenta a visão mais aproximada do que seria este mosteiro entre a segunda metade do século XV e os inícios da centúria seguinte. Dos vários dados apresentados pelo autor, e no contexto do presente estudo, importa reter as referências ao facto de as sorores entrarem para a comunidade ainda muito jovens⁴ e aí receberem formação. Apesar de se tratar de uma realidade comum às instituições monásticas, não deixamos, neste caso, de a reforçar, uma vez que focaremos a nossa análise nas práticas de escrita e de leitura das clarissas de Vila do Conde entre os finais da centúria de Quinhentos e os inícios da centúria de Seiscentos.

2. Os livros escritos e os livros lidos

Auscultar os casos de religiosas que dominavam as “letras”, nas duas vertentes da escrita e da leitura, implica considerar os testemunhos que permitam atestar essa realidade. Com efeito, uma análise atenta de textos que se inscrevem, sobretudo, no filão da literatura hagiográfica ou da historiografia religiosa/monástica – tal como a já referida *Segunda Parte da História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal* –, dará uma clara visibilidade a exemplos de religiosas que sabiam ler ou que escreveram. Faltam, no entanto, dados que nos permitam conhecer, com rigor e segurança, a composição do universo monástico ao longo do período estudado. Poderemos, naturalmente, questionar se estas senhoras que optaram pelo estado religioso tiveram qualquer tipo de instrução quando ainda viviam no século. Talvez a questão se coloque, especialmente, para mulheres de origem nobre ou, pelo menos, mais abastada, na medida em que a condição financeira da família permitiria o acesso à instrução (BARANDA LETURIO 2010: 30). E, como referimos, os doadores que fundaram o mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde fizeram-no a pensar, precisamente, em senhoras que se enquadravam nessa condição socioeconómica. De resto, é bem sabido como, sobretudo ao longo do século XV e da primeira metade do século XVI, a mulher nobre, independentemente do seu estado, se tornou “uma destinatária privilegiada

⁴ Isabel de S. Francisco terá ingressado com 15 anos e Maria da Anunciação terá vivido 70 anos no mosteiro “sendo trazida [com] três” (ESPERANÇA 1666: 195-206).

de alguns tipos de textos. Entre eles ocuparam um lugar importante algumas obras de espiritualidade e textos educativos mais específicos, dos quais um dos mais sonantes é a *Institutio Foeminae Christianae* de Juan Luis Vives” (FERNANDES 1987: 109)⁵, que se tornará mais compreensível à luz de uma moldura que se escorava na cristalização de modelos de comportamento moral e, em alguns casos, religioso, e que almejava propor estas senhoras como “exemplos” ou “espelhos” para todas as mulheres (BARBAZZA 1988: 327-348; FERNANDES 1995: 101-142).

Por outro lado, não será despidendo lembrar que o Humanismo concedeu uma especial atenção à educação, defendendo que esta deveria ter início na puerícia, pois nesta etapa a criança poderia ser “moldada” mais facilmente, no que dizia respeito à transmissão e inculcação dos princípios da fé e das regras de civilidade. A metáfora da cera, “importada” de alguns textos que remontavam à Antiguidade clássica e aplicada às conceções pedagógicas dos finais do século XVI, permite explicar por que razão a educação da criança deveria ter início nos seus primeiros sete anos de vida (VARELA 1983: 25-31)⁶, contribuindo, em certa medida, para que esta preocupação fosse integrada no discurso católico da Época Moderna, como o testemunham várias obras editadas ao longo desse período.

Em todo o caso, como uma ampla bibliografia já realçou, os mosteiros e os conventos configuraram-se como instituições que asseguravam o acesso de muitas mulheres à instrução (NAVA RODRÍGUEZ 1995: 377-389; BARANDA LETURIO 2010: 29-63), declinando uma realidade que, como já realçaram autores como Gabriella Zarri (ZARRI 2000), Natalie Zemon Davis (DAVIS 1980) ou Danièle Fischer (FISCHER 1982: 17-39), se diluiu nos territórios reformados. Neste sentido, o domínio da leitura e da competência da escrita, com finalidades e contextos diversos (POMATA & ZARRI 2005; PACHECO 2013; BARANDA LETURIO & MARÍN PINA 2014; SANTOS 2015: 23-29) – tal como adiante tentaremos mostrar –, permitia a essas mulheres exercer um poder revestido, pelo menos, de um significado simbólico: mesmo no claustro, estas senhoras encontravam um espaço de “liberdade” que lhes permitia alcançar um destaque que, talvez, lhes estivesse vedado se vivessem no século⁷. Deste modo, como já acentuou Silvia Mostaccio, ao estudar a realidade dos Países Baixos meridionais nos tempos pós-Trento (MOS-TACCIO 2010b: 65-87), a educação feminina – que terá que ser compreendida à luz das instituições religiosas que a ministravam, dos “programas” educativos ou

⁵ Veja-se também: TERREIRO 1976: 326-338, 463-541.

⁶ A metáfora da cera, sublinhando o carácter moldável deste material, era utilizada em vários textos de natureza pedagógica ao longo do século XVI, declinada em expressões como “cera blanda, arcilla todavia húmeda, odre nuevo, lana salida de las manos del batanero, arbolito tierno, campo baldio, agua que va donde la llevan” (VARELA 1983: 25-31). Deste modo, defendia-se que a criança, devido à sua tenra idade, estaria mais apta para a aprendizagem.

⁷ Veja-se, a propósito, os estudos de RAMON 2014: 263-276 e SÁ 2020.

dos modelos de comportamento propostos – constituiu um dos aspetos revestidos de maior importância no sentido da cristalização de um processo de construção identitária, mas também de afirmação de poder, conduzindo à coagulação de dois paradigmas de longa duração: o da mulher como “esposa de Cristo” e como mãe de família (MOSTACCIO 2010a: 8).

Vejamos, pois, alguns casos de religiosas de Vila do Conde que exerceram a prática da escrita de textos.

De acordo com Diogo Barbosa Machado, no terceiro tomo da sua *Bibliotheca Lusitana*, soror Serafina da Cruz escreveu, em 1633, uma *Relação das cousas notáveis e dignas de memoria do Real Mosteiro de S. Clara de Villa do Conde* (MACHADO 1752: 705). Este texto foi utilizado por frei Manuel da Esperança como fonte para a redação da *História Seráfica*. A sua produção reflete, assim, a importância que a escrita alcançou nos espaços conventuais, cristalizando-os como centros de produção e de conservação de cultura, mas também como locais de exercício de “poder”⁸, por parte do género feminino, revestindo-se de uma clara centralidade no domínio da história das mulheres e dos estudos literários.

Um outro exemplo é “corporizado” por Guiomar de Târsis (+ 1557). Conta-nos frei Manuel da Esperança que esta religiosa sofreu, durante muitos anos, várias tentações do demónio e que “escrevêo hum livro muito devoto dos favores, que Deos lhe comunicava pera o desbaratar; e fora hoje de grande consolação a qualquer atribulado, se o receio de se lhe pegar a lepra não o enterrara na sua própria cova com todas as mais alfaias” (ESPERANÇA 1666: 209).

O cronista, na obra que temos vindo a seguir, relata também que soror Isabel de Santo André (+ 1570) “em avendo tempestades, lançava mão d’hum livrinho, no qual trazia escrita certa ladainha santa, que ella fez a seu modo, & tanto que a rezava passeando pelo claustro, os trovões, & as tormentas fugião” (ESPERANÇA 1666: 210-211). Por sua vez, soror Filipa de São João “teve seus pecados escritos em hum papel” e pediu “confessor particular, porquanto no do convento mostrava, que tinha pejo” (ESPERANÇA 1666: 225).

Não será despendendo lembrar que, sobretudo a partir do século XVI, a hagiografia foi objeto de vários “sopros” de mudança e de modernização, para o que muito terão contribuído as contestações de alguns humanistas, como Erasmo de Roterdão, as posições dos protestantes e, posteriormente, já no século XVII, a atividade dos bolandistas (GAIFFIER 1967: 289-310) e dos beneditinos de Saint-Maur (NEVEU 1994), sem, contudo, esquecer os contributos de Georg Witzel, Luigi Lippomano, Lourenço Surio e Heribert Rosweyde, no sentido de uma revalorização da historicidade dos textos, em detrimento de uma forte

⁸ Sobre formas de exercício do poder em sede monástica, veja-se, para o caso cisterciense, CONDE 2017: 157-180.

presença do “maravilhoso”. Contudo, apesar destes esforços, muitos relatos hagiográficos continuaram a mostrar-se permeáveis à inclusão desta dimensão, muito especialmente dos milagres. A título de exemplo, valerá a pena lembrar que, na *Segunda Parte da Historia Serafica*, lemos que soror Ana de Belém († 1611) preanunciou um incêndio que, efetivamente, acabou por ocorrer a 29 de junho de 1614. Deste modo, frei Manuel da Esperança conta-nos que “ardendo também as celas, & todas quantas alfaias avia no dormitório, só hum papel se achou inteiro entre as cinzas, cujas letras, que nelle se escreverão, estando já chamuscadas, somente estas palavras da lamentação de Jeremias se lião distintamente, *Misericordiae Domini, quia non sumus consumpti*: Em sinal de que as freiras pela grande piedade do Senhor não ficarão consumidas em esta tribulação” (ESPERANÇA 1666: 216), atribuindo, assim, um “poder salvífico” à palavra escrita.

Ainda que estes exemplos atestem a muito significativa atenção que o registo escrito conheceu pela mão de várias religiosas do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, poderemos, curiosamente, respigar outros casos que refletem uma certa incúria, no que diz respeito à fixação e conservação da memória de figuras de incontornável importância, tais como os fundadores daquela casa religiosa. É certo que as religiosas vilacondenses foram as grandes impulsionadoras da beatificação dos fundadores, o infante D. Afonso Sanches e sua mulher, D. Teresa Martins: deste modo, foi graças ao seu empenho que, em 1722, foi aberto um processo que tinha em vista o reconhecimento oficial do seu culto. Almejando a produção de uma peça que servisse de suporte ao processo que tinha em vista a beatificação dos fundadores do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, a abadessa, madre soror Josefa Maria de Jesus, encomenda uma “Vida” daqueles ao franciscano frei Fernando da Soledade, a qual verá a luz do prelo em 1726, sob o título *Memoria dos infantes D. Affonso Sanches e D. Thereja Martins, fundadores do real mosteiro de Sancta Clara de Vila do Conde*. Contudo, logo no início da obra, o autor acentua que não escrevia a vida “destes Infantes, mas huma pequena parte da sua Memoria; porque faltão muitas noticias para se inteirar o discurso dos seus progressos” (SOLEDADE 1726: 1), reiterando, adiante que

posto que as Religiosas nunca se esquecerão destes seus protectores, e costumão recorrer a elles em suas necessidades oferecendo muitas vezes oraçoens do Pater Noster, e Ave Maria por suas almas, houve com tudo grande descuido em fazer memoria dos sucessos, que resultavam das suas supplicas, e também dos que interpunham as pessoas que vivem no seculo (SOLEDADE 1726: 116)⁹.

⁹ Os dados que apresentamos reportam-se à produção literária das clarissas de Vila do Conde. Os testemunhos são esparsos, impossibilitando um balanço mais assertivo e rigoroso, que nos permitiria comparar este caso com outros de natureza semelhante.

As fontes consultadas permitem-nos também respigar alguns dados sobre as leituras feitas pelas clarissas de Vila do Conde. A vida em clausura – pese embora o facto de ser enformada por múltiplas obrigações – propiciaria uma ambiência em que a leitura ocuparia um lugar importante, ainda que, como realçou José Adriano de Freitas Carvalho, esta dependia sempre “de factores que vão desde as existências bibliográficas na casa até à possibilidade – que pode ser oportunidade – de aquisição de textos, passando pelo conselho do director ou pela obediência à mestra de noviças” (CARVALHO 1997: 17)¹⁰.

A título de exemplo, lembremos o caso de madre Guiomar de Santo António (+ 1554), que foi vigária do coro durante 20 anos: quando as suas companheiras estavam doentes, ela era o seu

refrigério, com as suas orações, palavras santas & lembrança da Paixão de Jesu Christo, que lhes lia por hum livro. [...] Quando o convento concorria a trabalhar em a casa do lavor, duas horas inteiras estava lendo em voz alta, que todas lhe entendião, pelo livro *Vita Christi*, a sua mesma Paixão (ESPERANÇA 1666: 205)¹¹.

Na *Segunda Parte da História Seráfica*, frei Manuel da Esperança evoca o caso de soror Serafina da Cruz:

Não erão muyto lembrados os esclarecidos Martyres, que morrerão em Marrocos, mas elles mesmos per si se fizeram bem servidos. Ficou lhes afeiçãoada quando leo o seu martyrio sor Serafina da Cruz, que ainda nesse tempo não passava de dez anos, & depois de buscar alguma cera, com que ornasse o coro pera a sua calenda; foi pedir à sancristam outras cousas emprestadas. Era cedo, & ainda dormia: porem estava sonhando que via os sinquo Martyres, & elles que lhe diziam. *Levante; & vai logo concertar a estante, & o coro*. Nisto chegou a minina, que a espertou do sono, & entendendo que do Ceo lhe mandavão o recado, ambas juntas dispozerão com singular perfeição quanto era necessário (ESPERANÇA 1666: 222)¹².

Deste modo, estes dois exemplos atestam a presença do género hagiográfico e a importância da sua leitura neste espaço monástico, na linha das

¹⁰ Veja-se também: MORUJÃO 2002: 111-170; CARVALHO 2007; MENDES 2017: 123-149.

¹¹ Deve tratar-se da *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia, que conheceu várias reedições.

¹² Deve tratar-se do *Tratado da vida e martirio dos cinco martyres de Marrocos enviados por S. Francisco*, Coimbra, por João Álvares, 1568. Sobre devoções e manifestações iconográficas na comunidade do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, veja-se GONÇALVES 1964.

recomendações e de programas de leitura propostos por teólogos, pedagogos e moralistas¹³.

Os livros que existiam na livraria deste mosteiro poderão também constituir um aspeto importante na moldura da reflexão em torno da visibilidade da cultura escrita neste cenóbio de clarissas. Com efeito, um olhar sobre o *Rol dos livros da comunidade de Santa Clara de Vila do Conde* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Real Mesa Censória, cx. 130, cat. n.º 2419) permitiu-nos constatar a existência de obras que conheceram uma ampla circulação, durante os séculos XVII e XVIII (MORUJÃO 2002: 111-170), relacionadas, sobretudo, com o exercício da oração e as modalidades de que esta se poderia revestir, com outras práticas espirituais e devotas, assim como com a cristalização de pautas comportamentais exemplares que, neste caso concreto, se prendem com a coagulação do modelo da “perfeita religiosa” (CABIBBO 1996: 175-188). Assim o testemunha a presença, na livraria, da obra de Antonio Arbiol, intitulada *La religiosa instruída con doctrina de la sagrada escritura y santos padres de la iglesia catolica para todas las operaciones de su vida* (primeira edição: Madrid: 1734) e, muito significativamente, o *Epitome da admiravel vida de S. Gertrudes a Magna, virgem e abadessa da Ordem do Principe dos Patriarchas S. Bento*¹⁴. Esta hagiografia exerceu, ao longo da Época Moderna, uma influência fundamental no sentido da cristalização do modelo de monja ideal: um retrato construído tendo em conta não apenas a exaltação das suas virtudes, da sua devoção à Humanidade de Cristo, mas também a sua faceta de autora (CARVALHO 1981; CONDE 2015: 91-106).

3. A escrita

Os exemplos apresentados mostram que as clarissas vilacondenses tinham uma relação próxima com as práticas de leitura e de escrita. No caso concreto da prática da escrita fizemos uma análise em duas vertentes: a primeira, que já focamos, refere-se à escrita de textos de natureza diversa, a segunda, que explanaremos em seguida, à escrita através da aposição da assinatura autógrafa de religiosas em livros de notas de notários públicos de Vila do Conde. E se na primeira vertente são relativamente escassos os exemplos recolhidos, na segunda foi possível conhecer e examinar com detalhe as assinaturas de 65 sorores para o período compreendido entre a segunda metade do século XVI e os primeiros decénios da centúria seguinte.

¹³ Sobre este assunto veja-se CONDE 2022: 17-40.

¹⁴ 1ª ed.: Lisboa, por Miguel Deslandes, 1696; 2ª ed.: Lisboa Occidental, Oficina da Musica, 1728.

A opção cronológica prende-se, no caso do *terminus a quo*, com a década a que correspondem os mais antigos livros de notas de Vila do Conde. O *terminus ad quem* foi escolhido para possibilitar uma leitura dos resultados no período de 50 anos. No entanto, apesar do meio século de análise, apenas existem livros para 24 deles¹⁵, o que implica 26 anos de “silêncio” absoluto.

Para este período foram contabilizadas 88 notas subscritas por apenas uma religiosa (a abadessa ou outra), por duas ou por um conjunto de nove a 13 freiras, incluindo sempre a abadessa e a vigária, que representariam a *sanior et melior pars* do convento. A presença deste número de freiras no momento da outorga dos documentos prende-se com a necessidade da abadessa, no contexto do cumprimento da regra urbanista vigente neste mosteiro, ter de contar com um forte apoio das restantes sorores para decidir sobre quase todos os assuntos de administração do convento¹⁶.

Tipologicamente estas notas são: doações, quitações, procurações, prazos, arrendamentos, dotes e outros contratos de natureza diversa. Ou seja, trata-se de documentação que, a par daquela que se conservava no arquivo do próprio mosteiro, espelha as funções económicas e político-administrativas decorrentes do funcionamento da instituição, relacionadas com os vários direitos, nomeadamente fiscais e jurisdicionais (temporais, cíveis e crime), que o cenóbio possuía¹⁷. Esta tipologia documental, a par do elevado número de notas outorgadas e subscritas pelas clarissas vilacondenses¹⁸, revela que a vida monástica destas freiras, que deveria ser de rigorosa clausura, estava “fortemente condicionada por uma entidade tutelar, com frequência constrangedora de vivências que menos se conformavam com as exigências de quietude próprias de uma instituição religiosa” (POLÓNIA 2004: 21-22).

Vários dos documentos analisados, nomeadamente as procurações e as doações feitas por religiosas do mosteiro, são também reveladoras do enquadramento social, familiar e económico de muitas das professoras de Vila do

¹⁵ Nomeadamente para os anos de 1566, 1567, 1568, 1577, 1578, 1580, 1586, 1587, 1590, 1591, 1597, 1603, 1604, 1605, 1606, 1607, 1608, 1609, 1610, 1611, 1612, 1613, 1614, 1615 e 1616.

¹⁶ Como afirma Maria Filomena Andrade: “o carácter corporativo e a necessidade de consenso para a maioria das decisões que devia tomar concediam à abadessa um poder que tinha de ser, constantemente, negociado com os restantes membros da comunidade. Embora na regra urbanista (...) não existisse a obrigatoriedade de ter (e ouvir) um conselho de discretas...” (ANDRADE 2011: 441-442).

¹⁷ Faltando, no caso da documentação notarial, a função religiosa que se plasma noutra tipologia que não esta. Veja-se, a este propósito POLÓNIA 2004: 20.

¹⁸ Numa média de 3,6 notas/ano tendo em conta que apenas existem livros para 24 dos 50 anos em estudo.

Conde¹⁹. Lembramos que, por designio explícito dos fundadores do mosteiro, este cenóbio deveria acolher fidalgas, sendo muitas delas secundogénitas ou filhas naturais e ilegítimas²⁰. Este contexto sociofamiliar terá um peso relevante no momento de refletir sobre a questão da aprendizagem da escrita dentro do mosteiro de Vila do Conde.

As 65 religiosas que subscreveram notas no período em análise fizeram-no enquanto abadessas, vigárias ou freiras do convento, existindo vários casos de religiosas que assumiram diversas funções ao longo deste período²¹. Esta circunstância reflete-se nas próprias assinaturas, nomeadamente através do acrescento do respetivo cargo ao nome²². De referir, também, que quando subscrevem como abadessas, as religiosas optam, praticamente sempre, por usar/escrever o seu nome civil e não o nome que escolheram quando entraram para o convento²³. Como representantes máximas da instituição monástica, as abadessas eram as primeiras outorgantes de instrumentos notariais vinculados ao mundo laico, e não ao interior do claustro, devendo assumir todas

¹⁹ Como por exemplo uma procuração (de 1566) passada pela abadessa do mosteiro de Santa Clara, D. Ana de Azevedo, e D. Filipa de Lima, freira professa, para que os procuradores pudessem receber 28473 reais que eram devidos à segunda, pela marquesa de Vila Real, do tempo em que a servira como donzela (Arquivo Distrital do Porto [doravante ADP], Notariais de Vila do Conde, 1º cartório, 1ª série, liv. 3, fl. 126v-128); uma outra procuração (de 1590) passada por Catarina de Assunção, freira professa no mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, a Tomás de Abreu da Cunha, cavaleiro fidalgo da Casa Real, morador na cidade de Lisboa, seu cunhado, para que pudesse receber do provedor ou dos irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa 600000 reais que lhe foram deixados em testamento por seu irmão, Filipe Monteiro (ADP, Notariais de Vila do Conde, 1º cartório, 1ª série, liv. 17, fl. 15v-17); uma doação (de 1604) feita pela abadessa de Santa Clara, D. Isabel da Silva, a Martim Pereira Soares, da herança de Maria da Trindade, freira professa e sua irmã (ADP, Notariais de Vila do Conde, 1º cartório, 1ª série, liv. 23, fl. 75-76v).

²⁰ Desde o século XV é possível registar a presença de abadessas e monjas pertencentes a famílias nobres ou com elevado estatuto social e económico, tais como as dos Condes de Meneses e dos Senhores de Cantanhede, do Morgado de D. Gastão Coutinho, dos Condes de Linhares, da Honra de Barbosa (Penafiel), da Casa dos Bertandos (Ponte de Lima), dos Marqueses de Arronches, dos Correia (Porto), etc. (FERREIRA 1925: 39-42). De salientar, ainda, a proveniência de religiosas de famílias com poder ao nível local, nomeadamente dos Gaio e dos Folgueira. Saul A. Gomes, referindo-se ao mosteiro Santa Maria de Almoester, diz que os apelidos das 13 monjas cistercienses que subscrevem um documento de 1459 “indicam as origens sociais aristocráticas ou mesmo nobiliárquicas destas religiosas, às quais não faltariam horizontes formativos e educativos próprios de famílias senhoriais do Portugal do final da Idade Média” (GOMES 2022: 576).

²¹ Referimo-nos, por exemplo, a Antónia de Vilhena (ou Antónia dos Anjos) e a Brites de Sousa (ou Brites Baptista) que ocuparam tanto os cargos de abadessa como de vigária, surgindo a segunda delas também como freira em vários documentos. Por outro lado, são muitos os casos de religiosas que subscrevem, num determinado momento, como abadessas ou vigárias, e que também o fazem apenas como freiras.

²² Situação que contrasta, em parte, com a que se constatou no mosteiro cisterciense de Arouca, entre meados do século XV e meados da centúria seguinte, no qual as priorosas e as subpriorosas nunca subscrevem o respetivo nome de batismo, identificando-se somente através do cargo que exercem (GOMES 2022: 581).

²³ Como nos casos das abadessas Antónia de Vilhena (também Antónia dos Anjos), Brites de Sousa (também Brites Baptista), Hilária de Meneses (também Hilária de São Francisco), Ana de Azevedo (também Ana de Nazaré), Brites de Castro (também Brites do Presépio), Isabel da Silva (também Isabel do Presépio) e Cecília da Silva (também Cecília de Jesus).

as consequências jurídicas e judiciais que tal situação implicava. Esta dupla assinatura apresenta-se, por um lado, como um elemento enriquecedor para a análise dos níveis de competência gráfica das *abbatissae* de Vila do Conde uma vez que nos dá acesso a uma maior variedade de letras grafadas. Por outro, parece indicar que os nomes de família destas mulheres seriam mais facilmente identificados e reconhecidos pela comunidade laical, em geral, e por aqueles que mais diretamente estavam implicados nos instrumentos jurídicos por elas firmados.

Por inerência das respetivas funções, as abadessas e as vigárias são aquelas que mais vezes surgem na documentação. Em certos casos, foi possível registar a sua presença, como subscritoras, mais de 20, 30, 40 ou até 50 vezes²⁴ ao longo de hiatos temporais de mais de 10 ou 20 anos²⁵. Mas se é salientável esta assiduidade na longa diacronia, também se deve destacar a imensa quantidade de subscrições de algumas religiosas em curtos espaços de tempo. Neste último caso, encontramos exemplos de freiras enclaustradas que em apenas dois anos subscreveram mais de 20 notas, totalizando médias superiores a 10 subscrições/ano²⁶. No entanto, e independentemente da maior ou menor assiduidade apresentada, importa reforçar o facto de, tanto umas como outras, terem a possibilidade de contactar diretamente com o mundo exterior através da sua capacidade de grafar o nome. A escrita transforma-se, assim, num momento privilegiado de exercício do poder não dentro do claustro, mas no século onde assumiam a condição de proprietárias, zeladoras e administradoras de bens e direitos do mosteiro. Uma análise comparativa entre a presença destas religiosas e a de mulheres leigas (residentes no mesmo espaço geográfico e no mesmo período cronológico) prova que as primeiras tinham muito mais contacto com a prática da escrita, mesmo que resumida à aposição da sua subscrição autógrafa num livro de notas, do que a esmagadora maioria das segundas (incluindo aqui, por exemplo, as mulheres de mercadores residentes em Vila do Conde²⁷).

Foi a perceção visual do vasto conjunto das assinaturas recolhidas que nos chamou a atenção para as semelhanças entre elas. Apesar de não pretendermos, neste momento, fazer uma análise aprofundada desta questão, apresentaremos vários casos de letras ou conjuntos de letras que, pertencendo a mãos diferentes,

²⁴ Como no caso verdadeiramente excecional de Brites Baptista (Brites de Sousa) que subscreveu, como abadessa, vigária ou freira, um total de 54 notas num período de 13 anos (1603-1616), perfazendo a média de 4,1 subscrições/ano.

²⁵ De salientar os 26 anos (de 1587 a 1613) em que foi possível registar a presença de Francisca de Pádua como subscritora de notas do convento, tanto na qualidade de abadessa como de freira.

²⁶ Tal é o caso de Ana da Encarnação, Catarina dos Anjos, Isabel do Presépio e Maria da Encarnação que subscreveram 23 notas entre 1614 e 1616, numa média de 11,5 notas/ano.

²⁷ Sobre esta questão veja-se SILVA 2020: 403-429.

são muitíssimo semelhantes entre elas. O primeiro exemplo é o conjunto “de”: com um “d” de barriga muito larga, que não fecha, haste que se prolonga para fazer uma parte do “e” que se completa com um pequeno traço superior.

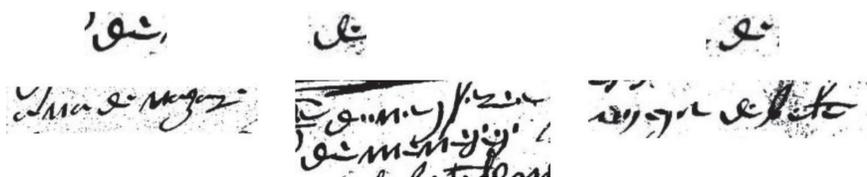


Fig. 1. Letras “de” destacadas das subscrições de Ana de Nazaré, Dona Hilária de Meneses e Mécia de Belém (ADP, Notariais de Vila do Conde, 1º cartório, 1ª série, liv. 4, fl. 152).

Outro exemplo é o da letra “i” cujo *ductus* inclui o traço longo descendente da linha (imaginária) de escrita com curvatura à esquerda.



Fig. 2. Letra “i” destacada das subscrições de Brites de São Gabriel, Filipa de Jesus e Guiomar da Cruz (ADP, Notariais de Vila do Conde, 1º cartório, 1ª série, liv. 4, fl. 152).

Também a letra “b” de várias religiosas tem como característica particular um laço (na haste) que termina inclinado à esquerda e abaixo da linha de escrita.

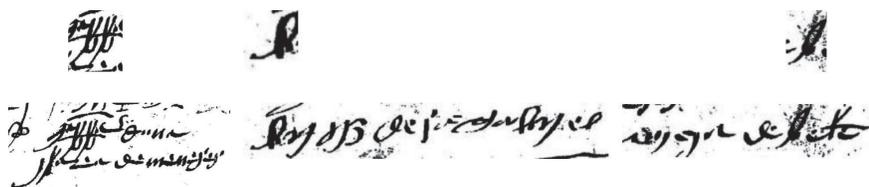


Fig. 3. Letra “b” destacada das subscrições autógrafas de Dona Hilária de Meneses, Brites de São Gabriel e Mécia de Belém (ADP, Notariais de Vila do Conde, 1º cartório, 1ª série, liv. 4, fl. 152).

Um vasto conjunto de subscrições tem em comum o facto de desenharem o “p” com “barriga” redonda e a haste inferior com curvatura acentuada à esquerda.

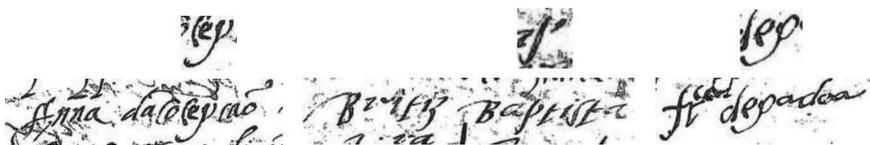


Fig. 4. Letra “p” destacada das subscrições autógrafas de Ana de Conceição, Brites Baptista e Francisca de Pádua (ADP, Notariais de Vila do Conde, 1º cartório, 1ª série, liv. 24, fl. 85, liv. 23, fls. 44 e 76v).

Foram também registados em várias assinaturas dois tipos de “t”: um deles traçado num só movimento, que implica a formação de um “laço” inclinado à esquerda; o outro “t” possui um traço de arranque oblíquo e um traço de fuga também oblíquo.

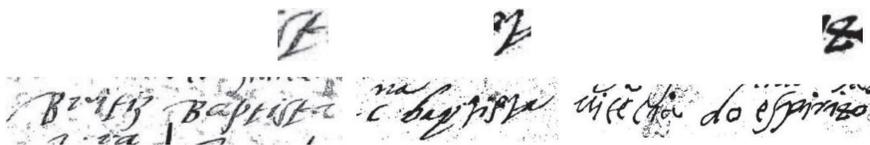


Fig. 5. Letra “t” destacada das subscrições autógrafas de Brites Baptista, Catarina Baptista e Vicência do Espírito Santo (ADP, Notariais de Vila do Conde, 1º cartório, 1ª série, liv. 23, fl. 76v, liv. 26, fls. 95 e 122v).

Estamos conscientes de que as formas gráficas aqui apresentadas são as usuais no período cronológico em análise e não constituem, de modo algum, novidades gráficas. No entanto, procurou-se através deste exercício comparativo, confirmar o uso alargado de determinadas formas, muito semelhantes, por várias mãos, num espaço de tempo relativamente curto (balizado entre a segunda metade do século XVI e os primeiros decénios do século XVII). Esta situação é um forte indicador do ensino/aprendizagem da escrita dentro do mosteiro, uma vez que as meninas entravam ainda muito jovens para o noviçado²⁸. Se estivermos, de facto, perante a reprodução de determinadas formas gráficas, seria importante perceber quem as ensina: a mestra das noviças? Sabemos que a função desta freira passava pela indicação das leituras mais adequadas às futuras professoras²⁹, mas passaria também pelo ensino da escrita nos casos das noviças que não o sabiam fazer? É possível que não, sendo mais

²⁸ Assim o indica ESPERANÇA 1666: 195-206 e nos comprovam alguns documentos como o contrato de dote (de 1611) feito entre as clarissas de Vila do Conde e Manuel Coelho e sua mulher Margarida de Andrade, para a entrada no referido mosteiro da filha Luísa de Andrade, que então tinha 12 anos de idade (ADP, Notariais de Vila do Conde, 1º cartório, 1ª série, liv. 26, fl. 140v-142).

²⁹ Como indica CARVALHO 1997: 17.

certo que esse papel fosse desempenhado pela mestra professora, ou mestra de estudos, a quem caberia ensinar as noviças que desejassem aprofundar os seus estudos (ANDRADE 2011: 160). Infelizmente não nos foi possível, através das fontes estudadas e da bibliografia recolhida, identificar nenhuma mestra de noviças nem nenhuma mestra de estudos de Santa Clara de Vila de Conde no período em análise. No entanto, sabemos que tais funções podiam ser exercidas em concomitância com outras, como, por exemplo, a de vigária do coro ou de escritvã³⁰. Se acrescentarmos a este dado o facto de os cargos não serem vitalícios, poderemos levantar a possibilidade de tanto as abadessas como as vigárias, para além de qualquer outra religiosa com ofício específico no convento, poderem ser, num determinado momento, também elas “mestras professoras”. As semelhanças encontradas em várias formas gráficas, usadas nas subscrições das clarissas vilacondenses, poderão ter a sua justificação precisamente aqui, isto é, na existência de uma mestra de estudos (abadessa, vigária, ou outra soror) que “perpetua”, através das suas aprendizas, os seus próprios modelos de escrita³¹.

Conclusão

Estudar a escrita das clarissas vilacondenses, quer através dos textos que produziram, quer das subscrições que redigiram em livros de notas, é tanto mais relevante quanto sabemos que para estas religiosas a escrita não é

entendida como lazer mas sim como trabalho: corresponde maioritariamente ao cumprimento de uma obrigação ou de uma missão específica, não tanto a uma expressão de liberdade ou de voluntarismo de quem escreve. Trata-se de uma consequência do cargo que uma religiosa ocupa temporariamente (escrivã, abadessa, vigária, provisora, refeiteira, depositária, vigária do coro, sacristã) ou duma tarefa ordenada por um seu superior (CONDE; LALANDA 2020: 12).

³⁰ A soror Jerónima do Presépio Arnau exerceu o cargo de mestra de noviças e vigária do coro no mosteiro de Santa Clara do Desterro, em Salvador (Brasil), em 1677, e, no mesmo mosteiro, a soror escritvã Maria de São Raimundo assumiu também o cargo de mestra de noviças em 1678 (LAGE 2014: 117; 2018: 92).

³¹ Neste momento está a ser desenvolvido um estudo mais alargado sobre os modelos gráficos plasmados nas subscrições das religiosas vilacondenses e também dos respetivos níveis de competências gráficas nas últimas décadas do século XVI. No contexto dos estudos sobre literacia e níveis de cultura gráfica não poderíamos deixar de referir a enorme importância da obra de SANTOS 2004, relativa às subscrições autógrafas dos moradores (homens e mulheres) da Casa da rainha D. Catarina de Áustria, feita com base num livro de moradias do 2º quartel de 1526.

Por tudo isto, não será exagerado afirmar que os mosteiros e os conventos se configuraram como espaços privilegiados para que muitas mulheres que ingressaram na vida religiosa tivessem acesso ao ensino, dando-lhes, deste modo, a possibilidade de adquirir uma instrução que lhes permitia exercer um “poder”, declinado no feminino, assim como gerir uma determinada “liberdade” mesmo dentro do claustro. Neste sentido, os dados que apresentámos permitem-nos sustentar que muitas religiosas dominavam as competências da escrita e da leitura, o que nos conduz a questionar se, no mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde – mas também em muitas outras casas religiosas femininas – se teriam cristalizado programas de instrução e alfabetização dirigidos especificamente a estas mulheres. Por outro lado, leva-nos a reforçar a importância da aquisição de conhecimento e de como isso se reflete no exercício do poder nos seus múltiplos matizes, tais como a administração de casas religiosas, a formação de noviças, a escrita ou até mesmo a simples prática de leitura para as outras companheiras.

Embora o objetivo deste trabalho fosse analisar a escrita destas mulheres que vivem na clausura e lançar uma nova luz sobre esta problemática, valeria a pena aprofundar o estudo da composição da livraria deste mosteiro entre a época moderna e a exclausuração. Este exercício, que se prevê realizar num futuro próximo, enriquecerá a investigação agora efetuada e permitirá estabelecer comparações com outras realidades conventuais femininas já estudadas, contribuindo para um maior conhecimento das tendências literárias e culturais destas instituições no período em análise.

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Real Mesa Censória, cx. 130, cat. nº 2419.
Arquivo Distrital do Porto, Notariais de Vila do Conde, 1º cartório, 1ª série,
liv. 3, fl. 126v-128; liv. 4, fl. 152; liv. 17, fl. 15v-17; liv. 23, fl. 44 e 75-76v;
liv. 24, fl. 85; liv. 26, fl. 95, 122v e 140v-142.

Fontes impressas

ESPERANÇA, Frei Manuel da (1666). *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal. Segunda Parte*. Lisboa: Oficina de Antonio Craesbeeck de Mello.
SOLEDADE, Frei Fernando da (1726). *Memoria dos infantes D. Affonso Sanches*

e D. Thereja Martins, fundadores do real mosteiro de Sancta Clara de Vila do Conde. Lisboa: na Officina de Antonio Manescal.

Bibliografia

- ANDRADE, Maria Filomena (2011). *In oboedientia, sine proprio, et in castitate, sub clausura: a ordem de Santa Clara em Portugal (séc. XIII-XIV)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- ANDRADE, Maria Filomena (2015). “Mulheres sob custódia: as comunidades de clarissas como espaços de obediência e autonomia (séculos XIII e XIV)”. *Lusitania Sacra*, 31, 33-50.
- ANDRADE, Maria Filomena (2018). “*Conhece a tua vocação: liberdade e graças nas Clarissas (Idade Média)*”. *Lusitania Sacra*, 37, 77-91.
- BARANDA LETURIO, Nieves (2010). “L’éducation des femmes dans l’Espagne post-tridentine”, in Silvia Mostaccio (ed.), *Genre et identités aux Pays-Bas méridionaux. L’éducation religieuse des femmes après le concile de Trente*. Actes du Colloque International – Université Catholique de Louvain, 7 mars 2008. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 29-63.
- BARANDA LETURIO, Nieves; MARÍN PINA, María Carmen (ed.) (2014). *Letras en la celda. Cultura escrita de los conventos femeninos en la España moderna*. Madrid: Iberoamericana/Vervuert.
- BARBAZZA, Marie-Catherine (1988). “L’éducation féminine en Espagne au XVI^{ème} siècle: une analyse de quelques traités moraux”, in *École et église en Espagne et en Amérique latine. Aspects idéologiques et institutionnels (Actes du colloque de Tours. 4-6 décembre 1987)*. Tours: Publications de l’Université de Tours, 327-348.
- CABIBBO, Sara (1996). “Le religiose: pratiche, modelli, contraddizioni nelle aree della riforma cattolica”, in *Donne Sante, Sante Donne. Esperienza religiosa e storia di genere*. Torino: Rosenberg & Sellier, 175-188.
- CARVALHO, José Adriano de Freitas (1981). *Gertrudes de Helfta e Espanha. Contribuição para o Estudo da História da Espiritualidade peninsular nos séculos XVI e XVII*. Porto: INIC.
- CARVALHO, José Adriano de Freitas (1997). “Do recomendado ao lido: direcção espiritual e prática de leitura entre franciscanas e clarissas em Portugal no século XVII”. *Via Spiritus. Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, 4, 7-56.
- CARVALHO, José Adriano de Freitas (2007). *Lectura espiritual en la Península Ibérica (siglos XVI-XVII)*. Salamanca: SEMYR.

- CONDE, Antónia Fialho (2015). “Expressões de religiosidade e misticismo no *Jardim Fresco e Ameno* de S. Bento de Cástris”, in João Luís Fontes; Maria Filomena Andrade; Tiago Marques Pires (coord.), *Vozes da vida religiosa feminina. Experiências, textualidades e silêncios (séculos XV-XXI)*. Lisboa: CEHR/UCP, 91-106.
- CONDE, Antónia Fialho (2017). “O exercício do poder a partir da clausura: o mosteiro feminino de S. Bento de Cástris (Portugal) no contexto pós-tridentino”, in Margarita Torremocha Hernández; Alberto Corada Alonso (ed.), *La mujer en la balanza de la justicia (Castilla y Portugal, siglos XVII y XVIII)*. Valladolid: Castilla Ediciones, 157-180.
- CONDE, Antónia Fialho; LALANDA, Margarida Sá Nogueira (2020). “Vida monástica feminina e expressões de criatividade e cultura em Évora no período pós-tridentino”, in Antónia Fialho Conde; Olga Magalhães; António Camões Gouveia (dir.), *O Claustro e o Século. Espaços, Fronteiras e Identidades*. Évora: CIDEHUS (<https://books.openedition.org/cidehus/10347>).
- CONDE, Antónia Fialho (2022). “Elementos para o estudo da cerimónia da profissão nos conventos femininos de Évora: dos ditames dos textos escritos ao costume das Casas”, in Vanda de Sá; Rodrigo Teodoro Paula; Antónia Fialho Conde; António Camões Gouveia (ed.), *Sonoridades Eborenses*. Lisboa: Ed. Húmus, 17-40.
- COSTA, Marisa (2004). “Poder e autoridade de fundar um mosteiro. A dotação de Santa Clara de Vila do Conde”. *De Arte. Revista de Historia del Arte*. Universidade de León, nº. 3, 23-37.
- DAVIS, Natalie Zemon (1980). *Le culture del popolo. Sapere, rituali e resistenze nella Francia del Cinquecento*. Torino: Einaudi.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (1987). “Francisco de Monzón e a «princesa cristã»”, in *Espiritualidade e Corte em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Anexo da Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas. Porto: FLUP, 109-121.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (1995). *Espelhos, Cartas e Guias. Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica. 1450-1700*. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa/ Faculdade de Letras do Porto.
- FERREIRA, Mons. José Augusto (1925). *Os túmulos do mosteiro de Santa Clara de Villa do Conde*. Porto.
- FISCHER, Danièle (1982). “L’apport de la Réforme à l’évolution de la condition féminine”. *Études théologiques et religieuses*, 57, 17-39.
- GAIFFIER, Baudoin de (1967). “Hagiographie et critique. Quelques aspects de l’oeuvre des bollandistes au XVII^e siècle”, in *Études critiques d’hagiographie et d’iconologie*. Bruxelles: Société des Bollandistes, 289-310 (Subsidia Hagiographica, n.º 43).

- GOMES, Saul António (2004). “A relevância do monaquismo vilacondense na história das ordens religiosas em Portugal”, in *Actas do 2º Encontro de História de Vila do Conde. Vila do Conde. 1050 Anos de História – A Memória dos Séculos Monásticos*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 113-145.
- GOMES, Saul António (2022). “Testemunhos de exercícios abaciais e de autografia em mosteiros cistercienses femininos portugueses na Baixa Idade Média”, in Arnaldo Espírito Santo, Maria Cristina Pimentel, Paulo Farmhouse Alberto, Rodrigo Furtado (autores), *Optimo magistro sodalium et amicorum munus. Homenagem a Aires A. Nascimento pelo seu 80º aniversário*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 575-596.
- GONÇALVES, Flávio (1964). *Uma série de painéis do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*. Separata de *Vila do Conde*, 5.
- LAGE, Ana Cristina Pereira (2014). “Mulheres de véu preto: letramento religioso das irmãs clarissas na América Portuguesa”. *História: Questões & Debates*, 60, 107-1321.
- LAGE, Ana Cristina Pereira (2018). “Práticas de escrita e de leitura no convento de Santa Clara do Desterro da Bahia (séculos XVII e XVIII)”. *Notandum*, 47, 78-98 – DOI: <https://doi.org/10.4025/notandum.47.6>.
- MACHADO, Diogo Barbosa (1752). *Bibliotheca Lusitana*. Tomo III. Lisboa: na Oficina de Ignacio Rodrigues.
- MARQUES, José (1988). *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*. Lisboa: INCM.
- MENDES, Paula Almeida (2017). *Paradigmas de Papel: a edição de «Vidas» de santos e de «Vidas» devotas em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Porto: CITCEM.
- MORUJÃO, Isabel (2002). “Livros e leituras na clausura feminina de setecentos”. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, II série, vol. XIX. Porto: FLUP, 111-170.
- MOSTACCIO, Silvia (2010a). “Introduction”, in Silvia Mostaccio (ed.), *Genre et identités aux Pays-Bas méridionaux. L'éducation religieuse des femmes après le concile de Trente*. Actes du Colloque International – Université Catholique de Louvain, 7 mars 2008. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 7-11.
- MOSTACCIO, Silvia (2010b). “Entre Réforme et Espagne: quele éducation religieuse pour les femmes dans les Pays-Bas méridionaux?”, in Silvia Mostaccio (ed.), *Genre et identités aux Pays-Bas méridionaux. L'éducation religieuse des femmes après le concile de Trente*. Actes du Colloque International – Université Catholique de Louvain, 7 mars 2008. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 65-87.
- NAVA RODRÍGUEZ, María Teresa (1995). “La mujer en las aulas (siglos XVI-XVIII): una historia en construcción”. *Cuadernos de Historia Moderna*, 16, 377-389.

- NEVEU, Bruno (1994). *Erudition et religion aux XVIIe et XVIIIe siècles*. Paris: Albin-Michel.
- PACHECO, Moreno Laborda (2013). “A magoa de ver hir esquecendo...”. *Escrita conventual feminina no Portugal do século XVII*. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Tese de Doutoramento.
- POLÓNIA, Amélia (2004). “Fontes para o estudo da história de Vila do Conde: o arquivo do mosteiro de Santa Clara”, in *Actas do 2º Encontro de História de Vila do Conde. Vila do Conde. 1050 Anos de História – A Memória dos Séculos Monásticos*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 19-41.
- POMATA, Gianna; ZARRI, Gabriella (ed.) (2005). *Monasteri femminili come centri di cultura fra Rinascimento e Barocco*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura.
- RAMON, Micaela (2014). “Educação e recreação nos mosteiros femininos no contexto da Contra-Reforma católica”, in José Eduardo Franco; Luís Machado de Abreu (coord.), *Para a História das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no Mundo*. Vol. I. Prior Velho: Paulinas, 263-276.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (2020). “O império das fechaduras: privado e público nas casas do período moderno”, in Maria Antónia Fialho Conde; Olga Magalhães; António Camões Gouveia (dir.), *O Claustro e o Século. Espaços, Fronteiras e Identidades*. Évora: CIDEHUS (O Claustro e o Século - O império das fechaduras: privado e público nas casas do período moderno - Publicações do Cidehus (openedition.org)).
- SANTOS, Maria José Azevedo (2004). *Assina quem sabe e lê quem pode*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SANTOS, Zulmira C. (2015). “Escrita conventual feminina: um «arquipélago submerso»”, in João Luís Fontes, Maria Filomena Andrade, Tiago Pires Marques (ed.), *Vozes da Vida Religiosa Feminina. Experiências, textualidades e silêncios (séculos XV-XXI)*. Lisboa: CEHR/UCP, 23-29.
- SILVA, Maria João Oliveira (2020). “Dimmi come scrivi e ti dirò chi sei: la cultura grafica dei mercanti della costa settentrionale del Portogallo (1560-1600)”. *Scrineum Rivista*, 17/2, 403-429 (<http://dx.doi.org/10.13128/scrineum-12192>).
- TERREIRO, Álvaro (1976). “A educação da mulher em Luis Vives e Francisco Monçon”. *Brotéria*, 102 - 3 e 4, 326-338, 463-541.
- VARELA, Julia (1983). *Modos de Educacion en la España de la Contrarreforma*. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta.
- ZARRI, Gabriella (2000). *Recinti. Donne, clausura e matrimonio nella prima età moderna*. Bologna: Il Mulino.